

# Recursos minerais são nacionalizados

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O plenário da Constituinte aprovou ontem a nacionalização da exploração de todos os recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica. A emenda do senador Márcio Lacerda (PMDB-MT) recebeu 347 votos contra 126. Houve 17 abstenções. No final da sessão de ontem, o plenário rejeitou a nacionalização da distribuição dos derivados de petróleo, graças à fusão de emendas de autoria dos deputados Fernando Santana (PCB-BA), Amauri Müller (PMDB-RS) e Paulo Macarini (PMDB-SP). A aprovação foi por 303 votos contra 156 e 11 abstenções. No caso dos recursos minerais, o Centrão foi o grande derrotado e no da distribuição do petróleo a derrota foi da esquerda.

Enquanto as esquerdas comemoravam a vitória, os principais coordenadores do Centrão olhavam perplexos o painel eletrônico, identificando os votos favoráveis à emenda de Márcio Lacerda, votada em destaque, logo depois da aprovação da fusão de emendas que nacionalizou apenas parte do subsolo brasileiro. A deputada Benedita da Silva (PT-RJ) tomou o microfone de apertes e, como cantora de ópera, começou a cantar o Hino Nacional. Vários mapas da Coordenação Nacional dos Geólogos (Conage) que mostravam as áreas do subsolo brasileiro ocupadas por empresas mul-

tinacionais foram atirados para o alto, cobrindo as bancadas parlamentares.

No encaminhamento da emenda Márcio Lacerda, o líder em exercício do PDT, deputado Luís Salomão (RJ), explicou que as empresas brasileiras de capital estrangeiro, hoje operando no País, terão prazo de cinco anos, a partir da promulgação da nova Carta, para nacionalizar seus capitais.

Um dos líderes do Centrão, deputado José Lins (PFL-CE), chamou a atenção dos constituintes para a gravidade do texto que iriam votar: "Estão simplesmente anulando o acordo que acaba de ser votado. A emenda Márcio Lacerda quer nacionalizar todo o setor mineral, até o mais simples e insignificante. A argila, o barro, até a areia", enfatizou, enquanto os parlamentares de esquerda faziam sinais de que era aquilo mesmo que pretendiam. José Lins destacou que "nenhum país pode ficar isolado ou dispensar a forma democrática de investimento com poupança externa".

Antes dele falou o deputado Gabriel Guerreiro (PMDB-PA), que arancou aplausos do plenário com seu discurso nacionalista, em defesa da soberania do País. Outro que defendeu a emenda Márcio Lacerda foi o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Ele salientou que as Constituições do Chile — "que, todos sabem, não tem um governo

nacionalista" —, do Peru e da Venezuela estabelecem poderes absolutos do Estado sobre os recursos minerais.

A fusão de emendas anterior, que nacionalizou apenas as áreas de fronteira e as terras indígenas, recebeu 477 votos — 463 a favor, cinco contra e nove abstenções.

## DISCUSSÃO

Pouco antes do início da sessão de votação, os deputados José Lourenço (PFL-BA), líder do partido, e Paulo Ramos (PMDB-RJ) tiveram séria discussão. Tudo começou quando Paulo Ramos, num discurso em defesa da nacionalização da exploração mineral, disse que seriam vistos como "brasileiros traidores da Pátria" os constituintes que votassem contra. José Lourenço, que estava em seu gabinete e ouviu o discurso pelo sistema de som da Câmara, correu ao plenário e contestou Paulo Ramos, afirmando que o peemedebista se elegeu em 1988 com dinheiro mandado do Exterior.

Paulo Ramos usou o microfone de apertes para tréplica, acusando Lourenço de ser um mau estrangeiro, pois "traiu o povo angolano e agora se prepara para trair o povo brasileiro". José Lourenço aproximou-se de Paulo Ramos, insultou-o, e os dois só não brigaram por causa da turma do "deixa-disso".

A íntegra do texto aprovado ontem pela Constituinte está na página 27



Constituintes da esquerda comemoram a vitória sobre o Centrão por 343 votos contra 126

## Campos lamenta: Brasil perdeu

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

"O Brasil perdeu", disse ontem o senador Roberto Campos (PDS-MT), ao avaliar a nova ordem econômica aprovada pela Constituinte. Ele acha que venceu o "nacional-obscurantismo", principal responsável pela estagnação dos investimentos estrangeiros no País. A opinião de Roberto Campos é endossada pelo senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), para quem foi decretada, "formal e definitivamente, a xenofobia no Brasil".

Também crítico em relação ao que foi estabelecido, o deputado Delfim Netto (PDS-SP) afirmou: "Criamos o mais espantoso cartório de que se tem notícia quando obrigamos o Estado a comprar da empresa brasileira de capital nacional". E, com ironia, ele advertiu seus colegas constituintes: "Se o plenário amanhã aprovar a revogação da lei da gravidade, não é bom abrir a janela do 25º andar e sair voando, não...".

Para Roberto Campos, os "nacionalistas" cometeram grave erro ao supor que a América Latina continua sendo atraente para o capital estrangeiro. "Na ordem de prioridade, as multinacionais classificam primeiro os Estados Unidos e

Canadá, prestes a se tornarem mercado comum, e os países do mercado comum europeu, incluindo os recentes integrados Portugal e Espanha. Depois consideram o países da franja asiática e em último lugar a América Latina", explicou.

O problema, ainda de acordo com o senador, não é de reserva, já que o mercado interno brasileiro não excede a 1,7% do comércio internacional e é preciso ter acesso ao mercado internacional através de exportações. "Esqueçamos que as três palavras importantes no mundo moderno são: conhecimento, competitividade e reciprocidade", destacou, acrescentando que "há estagnação de investimentos estrangeiros no Brasil porque eles se sentem apenas tolerados e não bem-vindos".

Inconformado com a nacionalização da exploração do solo, Jarbas Passarinho prevê "a retração imediata de todo e qualquer investimento estrangeiro". E isso para o senador é um absurdo, já que nenhum país do mundo se desenvolveu sem o capital estrangeiro, até mesmo a União Soviética. Ontem, no plenário, ele declarava, entre indignado e irônico: "Pode votar, nacionalizar, estatizar, comunitar". Depois, revelou que já ficava preocupado quando ouvia o Hino Nacio-

nal cantado na Constituinte. "Como sempre mal cantado e com mal resultado".

Foi também com ironia que o deputado Delfim Netto comentou o resultado das votações da Constituinte. "Se, no fim do ano, o Congresso decidir dar uma festa e quiser comprar pizza, terá de adquiri-la num pizzaiolo nacional. O japonês da 408 está proibido de fornecer pizza", disse.

Delfim acha que "vão transformar o Brasil num grande Moçambique, pela forma extravagante com que estão criando dificuldades para o funcionamento da economia". Isso porque a Constituinte aprova medidas elevando os custos sociais e bioqueia a implantação de um sistema econômico eficiente.

Já para o senador Severo Gomes (PMDB-SP), o projeto aprovado não repele o capital estrangeiro, apenas protege a empresa nacional. Ele justifica que o Brasil não pode deixar de resguardar suas riquezas através de legislação específica, além de estimular o desenvolvimento de seu próprio capital e pesquisa. Explica ainda que, "com relação ao acesso à tecnologia, o projeto não é inviabiliza, e a ela chegaremos através da pesquisa e do intercâmbio com outros países, sem afetar a soberania nacional".

## Liberais denunciam as pressões nacionalistas

JOSÉ FONSECA FILHO

Pressões de empresários nacionalistas do setor mineral, com os grupos Parapanema e Votorantim, este através do líder do PTB, Gastone Righi, ligado ao empresário Antônio Ermírio, foram as razões apontadas pelas lideranças do Centrão para mais uma derrota diante do projeto da Sistematização, com a nacionalização da exploração dos minérios. Além disso, os deputados Guilherme Afif Domingos, Luis Eduardo Magalhães e José Lins admitiram que o grupo não tem unidade ideológica, e que o seu principal objetivo foi mesmo a alteração do regimento interno da Constituinte.

Para o senador Jarbas Passarinho, o Centrão não tem realmente unidade, e os resultados das votações não podem ser apresentados como indicadores de seu comportamento, variável diante de pressões. "Aqui agora está valendo o contraditório, quem argumentar melhor e conseguir convencer da tribuna ganha a votação", disse o senador. Passarinho observou que os lobistas estão atuando abusivamente entre os constituintes, representando "todos os interesses possíveis". "O Centrão já acabou", comentou rindo o deputado José Lins, para quem as empresas estrangeiras vão nacio-

nalizar o capital mas suspender os investimentos. E o setor mineral vai estagnar, prevê ele.

Também o senador Roberto Campos criticou a "ideologia da xenofobia" e disse que os minerais "cientificamente mantidos no subsolo contra a cobiça estrangeira" podem acabar se tornando obsoletos, com o surgimento de novos materiais de laboratórios, como os termoplásticos, fibras óticas, cerâmicas avançadas e supercondutores. Apenas 0,03% do solo brasileiro é explorado por multinacionais, disse o senador.

As lideranças do Centrão mostravam mais desânimo do que irritação depois de mais essa derrota. "No mínimo é o nacionalismo desdancando para a xenofobia, é a repulsa ao moderno capitalismo que não aceita a participação do investimento estrangeiro", disse Luis Eduardo, reconhecendo que não existe unidade no grupo. E, nesse aspecto, "não se pode esperar mais muita coisa". Além disso, vários parlamentares votaram "desinformados sobre o assunto", acrescentou. O deputado José Geraldo, contudo, ressaltou que, desde o debate sobre minérios é subsolo, nas etapas iniciais da Constituinte, se verificou a existência de um grupo numeroso, de tendência nacionalista, que agora está se manifestando nas votações. Brasília/Agência Estado

## Deputado diz que o Centrão é que falhou

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Não houve rompimento do acordo de lideranças em torno da questão da mineração, mas sim falha do Centrão, ao menos na opinião de um de seus integrantes, o deputado Paes Landim (PFL-PI).

O acordo estabelecia que deveria ser votada uma redação para o § 3º do art. 206 do substitutivo, tornando privativos de brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional o aproveitamento de potenciais de recursos hídricos, bem como a pesquisa e a lavra de recursos minerais considerados estratégicos e os situados na faixa de fronteira e em terra indígena.

Esse texto foi de fato votado e aprovado. Mas o próprio documento que consubstanciava o acordo esclarecia que a aprovação desse § 3º não impediria a votação, a seguir, da emenda Márcio Lacerda (PMDB-MT), que dava outra redação ao parágrafo, de forma a nacionalizar tudo — e não apenas os minerais considerados estratégicos ou situados na faixa de fronteira e nas terras indígenas.

## Antes das votações haverá entendimento

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Em mais uma rodada de negociações, as esquerdas e o Centrão analisaram ontem sete artigos da ordem econômica. Quando iam iniciar a análise da reforma urbana, interromperam as discussões para dar continuidade aos entendimentos, ainda hoje. Todos os dias, pela manhã, no gabinete do senador Mário Covas, novas reuniões serão realizadas para que se possa chegar às votações com concordância sobre o maior número possível de itens. Ontem, foram fechados quatro acordos, sempre ressaltados os destaques existentes para as emendas, que podem derrubar os acertos feitos pela manhã.

Entre os acordos fechados, destacam-se o relativo a cabotagem, que só poderá ser feita por navio brasileiro; o do transporte marítimo internacional, que predominantemente será feito por navios e armadores brasileiros; o das microempresas, que passarão a receber incentivos, na forma da lei; e o da exploração da mineração, que seria exclusiva de empresas nacionais nas faixas de fronteira, terras indígenas e no caso de minerais estratégicos — o destaque sobre a exploração mineral acabou sendo derrubado pelo plenário. Foi acertado ainda que os novos contratos de risco estão proibidos e os que estão hoje em andamento serão garantidos por um artigo nas disposições transitórias. Para este artigo, há vários destaques, que poderão permitir, inclusive, se aprovados, que a realização de novos contratos de risco possam vir a ser feitos, caso haja aprovação do Congresso.

Os constituintes do Centrão e das esquerdas, em nova tentativa, não conseguiram encontrar um fórmula que agradasse os dois lados na questão da distribuição dos derivados de petróleo. O Centrão quer que o assunto seja regulamentado por lei ordinária, enquanto a outro grupo quer assegurar na Constituição que a distribuição seja feita apenas por empresas nacionais.

Enquanto os líderes do Centrão negociavam, em uma sala ao lado o lobby de garimpeiros e os deputados Gabriel Guerreiro (PMDB-PA), Raquel Cândido (PMDB-RO) e Ademir Andrade (PSB-PA) tentavam ainda encontrar um texto que agradasse seus representantes, Raquel Cândido e Ademir Andrade iniciaram uma discussão pela autoria da emenda: a deputada acusou seu colega de estar querendo roubar sua emenda. Ademir, por sua vez, respondeu apenas lhe chamando de "maluca". Ofendida, Raquel passou para a agressão verbal: "Louca é sua mãe. Repita isso se você é homem".

Ademir, tranqüilo, dizia que não havia o que conversar com ela. A deputada se irritou: "Se você me chamar de maluca mais uma vez eu lhe dou um soco na cara e você vai ver quem é maluca". Neste instante, o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) acalmou os ânimos de ambos. Ao final da discussão, saiu um acordo posteriormente aprovado em plenário, apesar da resistência de Marcos Lima (PMDB-MG), um dos representantes do Centrão. A emenda prevê que o Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, que têm prioridade para obter autorização ou concessão para pesquisa e lavra de recursos e jazidas minerais garimpáveis onde estejam atuando.

Hoje, embora a sessão da Constituinte esteja marcada para as 9 horas, os líderes do Centrão e das esquerdas se reunirão antes de entrar em plenário para tratar da reforma urbana. A reforma agrária só será objeto de discussão quanto às emendas que poderão ser votadas a partir da próxima segunda-feira.

Os pontos mais polêmicos em discussão pelos líderes, na ordem econômica, são: empresa brasileira de capital nacional, empresa brasileira, tratamento ao capital estrangeiro (aprovados na quarta-feira), recursos minerais e distribuição de petróleo (aprovados ontem) e contrato de risco (em andamento).

## Plenário cede à pressão das empreiteiras

A aprovação do conceito de empresa nacional no Capítulo da Ordem Econômica beneficiou os grandes empreiteiros, a indústria química fina e alguns setores militares ligados à área de informática, grupos que integraram um forte lobby na Constituinte, disseram ontem em Brasília líderes do Centrão. Os três grupos venceram ao conseguir a manutenção do princípio da reserva de mercado, que segundo o deputado Afif Domingos (PL-SP) acabará estendido gradativamente a outros setores da economia.

A empresa apontada como responsável pelo maior lobby foi a construtora Norbert Odebrecht. Com os novos dispositivos ela foi duplamente beneficiada, pois além de figurar entre as empreiteiras tem subsidiárias atuando no setor de química fina. As pequenas empresas, de forma geral, também lucraram com a manutenção da reserva de mercado, já que elas recebiam a concorrência eventual com multinacionais, caso prevalecesse a proposta do Centrão.

**O MELHOR NEGÓCIO EM GELADEIRA BRASTEMP É NA CASA CENTRO NO SHOPPING IGUATEMI**  
PISO FARIA LIMA  
TEL.: (011) 815 4706